



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 13839.004493/2007-21  
**Recurso** Especial do Procurador  
**Resolução nº** 9303-000.130 – CSRF / 3<sup>a</sup> Turma  
**Sessão de** 11 de novembro de 2020  
**Assunto** SANEAMENTO DE ADMISSIBILIDADE  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência para complementação da admissibilidade do recurso especial da fazenda.

(documento assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício e relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Andrada Marcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Valcir Gassen, Jorge Olmiro Lock Freire, Erika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello, Rodrigo da Costa Pôssas.

## Relatório

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional contra decisão tomada no acórdão nº 3201-001.177, de 29 de janeiro de 2013 (e-folhas 1.437 e segs), que recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: REGIMES ADUANEIROS

Exercício: 2001

DRAWBACK SUSPENSÃO. DECADÊNCIA.

A contagem do prazo decadêncial deve obedecer ao disposto no artigo 173, inciso I do CTN. Inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao da emissão e encaminhamento do Relatório de Comprovação pela Secex à Receita Federal.

LANÇAMENTO SEM MOTIVAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

Não é nulo o lançamento, por preterição do direito de defesa, se o sujeito passivo revelou ter pleno conhecimento dos seus fundamentos, rebateando-os umaiim-

#### DRAWBACK SUSPENSÃO. ADIMPLEMENTO DO REGIME.

A essencialidade para fruição do Regime Aduaneiro Especial de Drawbacfc-Suspensão está no cumprimento do compromisso de exportação, e, uma vez comprovado cabalmente que tal compromisso foi cumprido, faz jus o beneficiário ao direito de não pagar os tributos incidentes na importação dos insumos empregados na produção dos produtos exportados.

A divergência suscitada no recurso especial (e-folhas 1.458 e segs) diz respeito à possibilidade de que o adimplemento do Regime Aduaneiro Especial de Drawback seja comprovada mediante apresentação de registros de exportação retificados depois da exportação das mercadorias, com a retificação do código da operação e vinculação aos respectivos atos concessórios.

O Recurso especial foi admitido, conforme Despacho de Admissibilidade de e-folhas 1.483 e segs.

Contrarrazões do contribuinte às e-folhas 1.495 e segs. Preliminarmente, destaca que, embora o despacho de admissibilidade tenha dado prosseguimento ao recurso especial da Fazenda Nacional, o apelo foi admitido apenas em parte, já que a matéria *Identidade entre Produtos Exportados e os Previstos no Ato Concessório* não foi objeto de juízo de admissibilidade. No mérito, pede que seja negado provimento ao recurso.

É o Relatório.

#### Voto

Conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, Relator.

Como bem apontado pela contrarrazoante, o exame de admissibilidade, embora tenha dado prosseguimento integral ao recurso especial da Fazenda Nacional, examinou apenas uma das divergências apontadas pela recorrente, deixando de fora a matéria apresentada sob o título *Identidade entre Produtos Exportados e os Previstos no Ato Concessório*.

Ante tais circunstâncias, voto pela conversão do julgamento em diligência, com o retorno do processo ao Presidente da 3<sup>a</sup> Câmara para complementação do exame de admissibilidade.

O processo deve ser remetido à Dipro para as providências de sua alçada.

(documento assinado digitalmente)  
Rodrigo da Costa Pôssas